

PROPOSIÇÃO Nº 017/12 - PEC

Nº: 001/12



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 MAR. 2012

Ruy
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 19 de março de 2012
OF CEE/G 059/12

I – À DAP para leitura no expediente
II – A D L para providências.

Em, 27/03/2012

Presidente
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a presente Mensagem relativa à proposta de Emenda Constitucional, visando alterar o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Richa
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

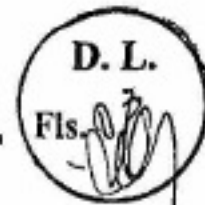
Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Saete, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

15131 2012 03/2012 001739 001 059/12 OF CEE/G 059/12

Deputado 26/03/12
R



MENSAGEM N.º 007 /2012

Curitiba, 19 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, para ser apreciada por esse Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional, visando alterar o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da referida Carta.

A RTVE é uma instituição que se ocupa de criar, produzir e divulgar conteúdos de interesse do cidadão e do Estado do Paraná, por meio de emissoras públicas de rádio e televisão. Desenvolve, portanto, atividades de **comunicação**. Assim, entende-se que fique melhor situada no organograma do Estado na área de competência da SECS do que de qualquer outra Secretaria de Estado.

Na estrutura organizacional do Estado, cabe à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS definir as estratégias e meios necessários para levar à sociedade informações de utilidade pública, sobre serviços prestados pelo Estado e relativas à transparência, um dos atributos da gestão pública. Esta é uma tarefa que tem total interseção com o papel do sistema público de rádio e televisão. Portanto, é natural – e produtivo – que as duas estruturas estejam organicamente ligadas.

Com suas atividades vinculadas à SECS, a RTVE estará inserida em um ambiente de comunicação mais amplo, do qual participa um grande elenco de atores:

- o corpo de profissionais de comunicação da própria SECS, presente em todas as Secretarias de Estado, poderá criar um trânsito mais fluente de informações relevantes para a RTVE levar ao conhecimento do seu público;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- as emissoras particulares de rádio e televisão situadas no Paraná, meios constantemente utilizados pela SECS para dar transparência aos atos do Governo do Estado, estarão mais próximas à RTVE, facilitando a formação de parcerias estratégicas para a produção de conteúdos artísticos e jornalísticos de rádio e televisão;

- as agências de publicidade licitadas pela SECS para prestar serviços de comunicação para o Governo do Estado poderão desempenhar um papel muito importante na criação de conteúdos de caráter educativo exclusivamente para a RTVE, tornando mais atraentes e eficazes as suas programações de rádio e televisão;

- as produtoras independentes de rádio e televisão, tradicionalmente utilizadas pelas agências de publicidade como fornecedoras de peças e campanhas publicitárias, serão estimuladas pela SECS a produzir conteúdos específicos para a RTVE, valorizando o mercado artístico estadual e aprimorando a grade das emissoras públicas de rádio e TV.

Dessa forma, a mudança para a SECS possibilitará à RTVE o cumprimento de um compromisso fundamental para a continuidade de sua operação.

O parque tecnológico da RTVE não opera com eficiência. O estado de sucateamento dos equipamentos é notório, a maioria deles está com a vida útil esgotada ou em seu limite de uso.

Em virtude dessa situação, em 2011, a Diretoria da RTVE elaborou edital de licitação para adquirir um sistema de tecnologia mais adequado à natureza do trabalho artístico e jornalístico produzido pelas emissoras de rádio e televisão. Embora pronto, o edital aguarda o aporte de recursos para ser lançado.

Trata-se, na verdade, de um processo de migração do atual sistema de transmissão analógico para o digital. No governo anterior, a RTVE havia firmado com o Ministério das Comunicações um compromisso de digitalizar o seu sistema até dezembro de 2011.

A falta de recursos orçamentários não permitiu que esse prazo fosse cumprido. Por esse motivo, a RTVE protocolou junto ao Ministério das Comunicações, ainda em 2011, um ofício solicitando a dilação deste prazo para dezembro de 2012.

A SECS dispõe dos recursos financeiros necessários para realizar, no decorrer deste ano, o salto tecnológico que permitirá à RTVE cumprir o prazo solicitado e operar com um nível superior de qualidade técnica.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A defesa de orçamentos mais reforçados para a TV pública é um dos princípios que regem a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC. A Instituição advoga a integridade e independência das emissoras, e destaca a necessidade de "mecanismos de gestão que garantam a viabilidade técnica e financeira da emissora para exercer, com regularidade e eficiência, sua função educativa, cultural e informativa a serviço do homem e da sociedade brasileira."

1. Para ampliar a área de cobertura dos meios da RTVE

Ao mudar para a SECS, a RTVE contará com os recursos orçamentários indispensáveis para ampliar a potência e melhorar a qualidade de som de suas duas emissoras de rádio e, também, para cobrir todo o território paranaense com o sinal da sua emissora de TV.

Dotadas de novos transmissores, as emissoras de rádio passarão a alcançar Curitiba, todos os municípios da Região Metropolitana, o Litoral e a região dos Campos Gerais.

Com uma nova rede de repetidoras, própria para retransmissão do sinal digital, a emissora de televisão estará presente, no ar, em todos os municípios do Estado, e continuará a enviar o sinal para o Brasil e outros países da América Latina via satélite.

2. Para a RTVE cumprir melhor a sua missão básica

Subordinada à SECS, a RTVE poderá, até o final da atual gestão, reunir todas as condições para melhor cumprir os seus objetivos.

A mudança proposta terá um impacto positivo sobre todos os aspectos da organização. A RTVE passará a contar com uma estrutura mais condizente com as atividades que deve realizar. Terá à disposição os mecanismos de funcionamento necessários para realizar a sua missão institucional. Conterá com um corpo profissional melhor capacitado para o desempenho de suas funções e poderá prestar um serviço muito mais eficiente em benefício do Paraná e dos paranaenses.

Por fim, importante ressaltar que essa mudança não altera, mas torna muito mais factível, a missão básica da RTVE:

- Dar transparência aos atos do Governo;
- Reforçar, na população do Estado, o sentimento de orgulho de ser paranaense;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- Valorizar os produtos e promover os eventos culturais de qualidade realizados no Paraná;
- Contribuir efetivamente no processo de educação para a cidadania.

Assim, entendo que, para melhor cumprir a missão e os objetivos da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, essa Casa de Leis poderá aprovar e promulgar Emenda ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, dando nova redação ao artigo 24, com o seguinte teor:

"Art. 24. A Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE, manterá seu caráter educativo e cultural, com a prioridade de sua programação à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses, estando vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS."

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

D. L.
Fls. 08

Cleiton Kielce, Dr. Batista, Dailio Genari, Elton Welzer, Enio Veni, Fernando Scarsavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermano Brandão Júnior, Jonas Guimarães, Luciano Rafagáin, Luiz Azeite, Luiz Eduardo Chelid, Marcelo Rangel, Maria Tereza, Nelson Justo, Nelson Lucena, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lapina, Raula Rodrigues, Raul Pereira, Rose Lito, Stephanos Júnior, Tadeu Venari, Tereza Kato e Toninho Wanderschoor (35 Deputados). Não votaram: Augustinho Zucchi, Bernardo Ribas Carli, César Quintana, Douglas Fabrício, Elton Rosch, Evandro Júnior, Francisco Bührer, Ney Leprevost, Professor Lemos e Waldyr Pugliesi (10 Deputados).]

ITEM 01 - Discussão Única do Veto nº 003/12, aposto ao Projeto de Lei nº 389/11, de autoria do Deputado André Bueno, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através da sites de compra coletiva para internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná. Com relatório da CCJ, considerando o veto em condições de ser apreciado pelo plenário. Em discussão.

DEPUTADO ANDRÉ BUENO (PDT) (Para Encaminhar): Esse é um projeto que foi amplamente debatido aqui, na Casa. Começou no ano passado, transitou por todas as Comissões, passou pela Comissão de Indústria e Comércio, pela Comissão de Defesa do Consumidor, transitou na CCJ, fizemos uma oitiva ouvindo as empresas, empresários, consumidores lesados. Este projeto trata de um assunto muito sério no nosso País. Tem crescido muito a compra nos sites de compra coletiva. Para se ter uma noção, no ano passado chegamos ao número de 1 bilhão de reclamações. E na mesma proporção que crescem as compras, crescem as reclamações. No ano de 2010 tivemos o número de 7 mil reclamações. Já em 2011 atingimos o número de 45 mil reclamações no Procon. É uma modalidade nova, recente no Brasil, tem sido considerada uma ferramenta moderna de compra, mas tem sido um grande problema para os consumidores lesados. Alguns Estados já avançaram, o Rio de Janeiro já começou a exigir que essas sites de compra precisem ter um telefone gratuito para o consumidor ligar reclamando. O nosso projeto prevê isso, ele exige que a empresa seja certificada no Estado do Paraná, que tenha um telefone 0800, um telefone gratuito, que possa atender o consumidor com um endereço físico. Queris pedir a todos os Deputados e agradecer. Acho que a Liderança do Governo não faz nenhuma objeção contra o encaminhamento. E dizer que o projeto é importante para o Estado do Paraná. Alguns Estados já estão avançando. É um projeto bom para o Governo, para os Deputados, porque passou por todos os Deputados e pelas Comissões na Casa. É um projeto que ajudará muito ao encaminhamento, no respeito, nas compras, no respeito ao consumidor paranaense. Foco encarecidamente aos Deputados que participaram da oitiva, que acompanharam este projeto, que possam votar 'não' ao veto.

DEPUTADO PARANHOS (PSC) (Para Encaminhar): Sr. Presidente, quero também encaminhar favoravelmente. Como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, temos recebido muitas reclamações deste modo de compra que o país adota. Um formato bom, ajuda na facilidade de comprar, mas algumas empresas não têm cumprido aquilo que determina o Código de Defesa do Consumidor. É um projeto bom, passou pela Comissão de Defesa do Consumidor e queris pedir aos nossos Deputados do Bloco e, também, aos demais Deputados, que votem contrariamente ao veto.

Sr. PRESIDENTE (Deputado Valdir Resendi - PSD): Não havendo mais quem queira encaminhar, vamos proceder à votação do veto. Deputados favoráveis ao veto, sim. Deputados contrários ao veto, não. Votando. **Relatório e Veto.** [Votaram 'sim': Ademir Tralero, Francisco Bührer e Marcelo Rangel (3) Deputados). Votaram 'não': Adelson Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Cori, André Bueno, Antônio Neto, Bernardo Ribas Carli, César Quintana, César Silvestri Filho, Cleiton Kielce, Dr. Batista Dailio Genari, Elton Rosch, Elton Welzer, Enio Veni, Fernando Scarsavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermano Brandão Júnior, Jonas Guimarães, Luciano Rafagáin, Luiz Azeite, Luiz Eduardo Chelid, Maria Tereza, Nelson Justo, Nelson Lucena, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lapina, Raula Rodrigues, Raul Pereira, Rose Lito, Stephanos Júnior, Tadeu Venari, Tereza Kato e Waldyr Pugliesi (36 Deputados). Não votaram: Augustinho Zucchi, Douglas Fabrício, Evandro Júnior, Ney Leprevost, Professor Lemos e Toninho Wanderschoor (06 Deputados).] Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, marcando-se outra para segunda-feira, dia 02 de abril, à hora regular, com a seguinte Ordem do Dia: Discussão Única do Veto nº 004/12, aposto ao Projeto de Lei nº 718/11; Redação Final dos Projetos de Lei nºs 196 e 570/11; 2ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 386/11 e dos Projetos de Lei nºs 588, 601, 870 e 912/11; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 396, 637, 935/11, 065 e 066/12; Discussão Única do Recurso ao Plenário nº 002/12. "Levante-se a sessão". [Sessão encerrada às 17h25, tendo sido levada a presente Ata, para fins de publicação e encaminhamento ao disposto no Art. 113 do Regimento Interno. Ao longo da Sessão foram registradas as seguintes presenças: I. A pedido do Deputado Raul Pereira, do Município Agudo Luiz Chichetti, do Município de Ronador; II. A pedido do Deputado Ademir Bier, dos Vereadores João Leifer, Patrício Tonelli, Cleonice Fossati e Solange Ferreira, todos do Município de Quatro Pontas; III. A pedido do Deputado Elton Rosch, do Prefeito Nelson Brum, do Município de São José das Palmeiras e do Vereador Nelson Fernandes, do Município de Missal.]

Processo Legislativo

Comissão Executiva

(Publicação para fins de atendimento ao que dispõe o Art. 190 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa)

MENSAGEM Nº 07/2012

Curitiba, 19 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, para ser apreciada por esse Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional, visando alterar o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da referida Carta.

ARTVE é uma instituição que se ocupa de criar, produzir e divulgar conteúdos de interesse do cidadão e do Estado do Paraná, por meio de emissoras públicas de rádio e televisão. Desenvolve, portanto, atividades de comunicação. Assim, entende-se que fique melhor situada no organograma do Estado em área de competência da SECS do que de qualquer outra Secretaria de Estado.

Na estrutura organizacional do Estado, cabe à Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS definir as estratégias e meios necessários para levar à sociedade informações de utilidade pública, sobre serviços prestados pelo Estado e relativos à transparência, um dos atributos da gestão pública. Esta é uma tarefa que tem total interseção com o papel do sistema público de rádio e televisão. Portanto, é natural - e produtivo - que as duas estruturas estejam organicamente ligadas.

Com suas atividades vinculadas à SECS, a RTVE estará inserida em um ambiente de comunicação mais amplo, do qual participe um grande elenco de setores:

- + o corpo de profissionais de comunicação da própria SECS, presente em todas as Secretarias de Estado, poderá criar um trânsito mais fluído de informações relevantes para a RTVE levar ao conhecimento do seu público;
- + as emissoras particulares de rádio e televisão situadas no Paraná, meios constantemente utilizados pela SECS para dar transparência aos atos do Governo do Estado, estarão mais próximas à RTVE, facilitando a formação de parcerias estratégicas para a produção de conteúdos artísticos e jornalísticos de rádio e televisão;
- + as agências de publicidade licitadas pela SECS para prestar serviços de comunicação para o Governo do Estado poderão desempenhar um papel muito importante na criação de conteúdos de caráter educativo exclusivamente para a RTVE, tornando mais atraentes e eficientes as suas programações de rádio e televisão;
- + as produtoras independentes de rádio e televisão, tradicionalmente utilizadas pelas agências de publicidade como fornecedoras de peças e campanhas publicitárias, serão estimuladas pela SECS a produzir conteúdos específicos para a RTVE, valorizando o mercado artístico estadual e aproximando a grade das emissoras públicas de rádio e TV.

Dessa forma, a mudança para a SECS possibilitará à RTVE o cumprimento de um compromisso fundamental para a continuidade de sua operação.

O parque tecnológico da RTVE não opera com eficiência. O estado de sucateamento dos equipamentos é notório, a maioria deles está com a vida útil esgotada ou em seu limite de uso.

Em virtude dessa situação, em 2011, a Diretoria da RTVE elaborou edital de licitação para adquirir um sistema de tecnologia mais adequado à natureza do trabalho artístico e jornalístico produzido pelas emissoras de rádio e televisão. Embora pronto, o edital aguarda o aporte de recursos para ser lançado.

Trata-se, na verdade, de um processo de migração do atual sistema de transmissão analógico para o digital. No governo anterior, a RTVE havia firmado com o Ministério das Comunicações um compromisso de digitalizar o seu sistema até dezembro de 2011.

A falta de recursos orçamentários não permitiu que esse prazo fosse cumprido. Por esse motivo, a RTVE protocolou junto ao Ministério das Comunicações, ainda em 2011, um ofício solicitando a dilatação deste prazo para dezembro de 2012.

A SECS dispõe dos recursos financeiros necessários para realizar, no decorrer deste ano, o salto tecnológico que permitirá



é RTVE cumprir o prazo solicitado e operar com um nível superior de qualidade técnica.

A defesa do orçamento mais reforçada para a TV pública é um dos princípios que regem a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educacionais e Culturais – ABEPEC. A instituição advoga a integridade e independência das emissoras, e destaca a necessidade de “mecanismos de gestão que garantam a viabilidade técnica e financeira da emissora sem onerar, com regularidade e eficiência, sua função educativa, cultural e informativa a serviço do homem e da sociedade brasileira.”

1. Para ampliar a área de cobertura dos meios da RTVE

Apesar de ser a SECS, a RTVE contará com os recursos orçamentários indispensáveis para ampliar a potência e melhorar a qualidade de som de suas duas emissoras de rádio e, também, para cobrir todo o território paranaense com o sinal de sua emissora de TV.

Dotada de novas transmissoras, as emissoras de rádio passarão a alcançar Curitiba, todos os municípios da Região Metropolitana, o Litoral e a região dos Campos Gerais.

Com uma nova rede de repetidoras, própria para retransmissão do sinal digital, a emissora de televisão estará presente, no ar, em todos os municípios do Estado, e continuará a enviar o sinal para o Brasil e outros países da América Latina via satélite.

2. Para a RTVE cumprir melhor a sua missão básica

Subordinada à SECS, a RTVE poderá, até o final da atual gestão, reunir todas as condições para melhor cumprir os seus objetivos.

A mudança proposta terá um impacto positivo sobre todos os aspectos da organização. A RTVE passará a contar com uma estrutura mais condizente com as atividades que deve realizar. Terá à disposição os mecanismos de funcionamento necessários para realizar a sua missão institucional. Contará com um corpo profissional melhor capacitado para o desempenho de suas funções e poderá prestar um serviço muito mais eficiente em benefício do Paraná e dos paranaenses.

Por fim, importante ressaltar que esta mudança não altera, mas torna muito mais efetiva, a missão básica da RTVE:

- Dar transparência aos atos do Governo;
- Reforçar, na população do Estado, o sentimento de orgulho de ser paranaense;
- Valorizar os produtos e promover os eventos culturais de qualidade realizados no Paraná;
- Contribuir efetivamente no processo de educação para a cidadania.

Assim, entendendo que, para melhor cumprir a missão e os objetivos da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, esta Casa de Leis poderá aprovar e promulgar Ementa no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, dando nova redação ao artigo 24, com o seguinte teor:

“Art. 24. A Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE, manterá seu caráter educativo e cultural, com a prioridade de sua programação à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses, estando vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS.”

Valho-me do espaço para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

25/03/2012

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EXTRATO DA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA Transmissão de Projetos

Sessão Ordinária de dia 27 de Março de 2012

Deputados Presentes: Nelson Justus, Caio Quintana, Pedro Lupion, Gilson da Souza, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Venêr, Alexandre Oni, Evandro Junior, Fernando Scanavaca e Ademair Traiano.

01 – PROJETO DE LEI nº 195/12 Mensagem 006/12

Autor: Poder Executivo

Provêdo por lei o mandato das atuais conselheiras representantes da sociedade civil organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

RELATOR: DEPADEMAR TRAIANO

Parecer: Concedida vista ao Deputado Tadeu Venêr.

02 – PROJETO DE LEI nº 101/12

Autor: Dep. Pr Edson Praczyk

Institui no calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Wapetyana, a ser celebrado anualmente no dia 24 de maio.

RELATOR: DEP. TADEU VENÊR

Parecer: Favorável – aprovado.

03 – PROJETO DE LEI nº 102/12

Autor: Dep. Pr Edson Praczyk

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao BISPO SINALDO CORRÊA COELHO.

RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA

Parecer: Favorável – aprovado.

04 – PROJETO DE DECRETO nº 001/12 – RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Bancada da PT

Súmula nos termos do disposto no artigo 54, inciso XXVI, da Constituição Estadual, o decreto nº 3.839, de 15 de fevereiro de 2012, de autoria do poder executivo.

RELATOR: DEPADEMAR TRAIANO

Parecer: Concedida vista ao Deputado Tadeu Venêr.

05 – PROJETO DE LEI nº 085/12 Mensagem 003/12

Autor: Poder Executivo

Altera a lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964, que institui o fundo penitenciário e adota outras providências.

RELATOR: DEPPEDRO LUPION

Parecer: Favorável – aprovado.

06 – PROJETO DE LEI nº 087/12 mensagem 002/12

Autor: Poder Executivo

Altera a lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que institui o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

Parecer: Favorável – aprovado.

07 – PROJETO DE LEI nº 586/11

Autor: Ministério Público

Altera o dispositivo que especifica, da lei complementar nº 85/99 – lei orgânica e estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

Parecer: Favorável – aprovado.

08 – PROJETO DE LEI nº 588/11

Autor: Ministério Público

Transforma cargo de promotor de justiça subordinado da comarca de Curitiba e de promotor de justiça perante varas cíveis, que especifica, em cargo de promotor de justiça com atuação perante promotorias de justiça especializadas no foro central da comarca da região metropolitana de Curitiba.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Parecer: Favorável – aprovado.

09 – PROJETO DE LEI nº 067/12

Autor: Tribunal de Justiça

Altera o art. 177, o § 1º do art. 178, o art. 208, o caput e o § do art. 209 da lei estadual nº 14.277/2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias e o art. 180 e o § 1º do artigo 181 da lei 16.024/2008.

RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA

Parecer: Favorável – aprovado.

10 – **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 751/11

Autor: Dep. Fêricle de Meilo

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de vídeo e áudio nas viaturas policiais do estado do Paraná.

NOVO RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

Parecer: Aditado pelo Relator.

sendo homenageado, porque representa, neste momento, pela minha antiguidade, o Exército Brasileiro. E toda vez que uma sociedade homenageia o seu Exército ela reconhece, e fortalece, porque a sociedade não existia sem um Exército como o nosso. Nesse momento o meu comando em São Paulo está com 1 mil e 600 homens, naquela difícil missão do Complexo do Morro do Alemão e do Morro da Pira. Eu frequento de, no Carnaval, passar com eles. Por uma razão simples de qualquer chefe militar: eu vou onde está a minha tropa. Enquanto o Brasil inteiro comemorava o feriado festivo, tínhamos 1 mil e 600 homens levando tranquilidade a uma comunidade que ficou mais de 30 anos abandonada pelo poder público, refém do crime e da bandidagem. E aí o velho Exército Brasileiro é chamado naquele momento do crime. Estamos com 830 homens no Haiti. Recentemente, enviei 200 para contribuir na solução daquela lamentável crise da Polícia do Estado da Bahia. Lá em São Paulo, a ampliação do pólo de estacionamento do Aeroporto de Guarulhos está sendo feita pela nossa engenharia. A parte que não aparece, não funciona. Corresponde a um edifício de seis andares para baixo. Agora, a parte que aparece, que dá visibilidade, ficará a cargo de quem tem o direito de fazer isso. Duplicamos a BR-101, construímos o Aeroporto de Natal, São Gonçalo do Amarante. Estamos nas fronteiras. Estamos formando recursos humanos, estamos cumprindo o nosso sistema de educação exemplar neste País, destaque em qualquer Olimpíada que ocorre dentro o fora do Brasil. Estamos fazendo pesquisas na área de ciência e tecnologia. Meu Deus do céu, uma instituição dessas tem que ser reconhecida, tem que ser valorizada, mas ainda não faz parte da cultura da nossa sociedade que não sabe a riqueza do condomínio que ela tem, chamado Brasil. Esse condomínio nosso é o maior detentor de água doce do mundo, é o maior detentor de espaço para agricultura num momento que começa a haver problema no mundo, de escassez de alimento e de escassez de água doce. Esse nosso condomínio, no mundo, é o que mais dispõe de recursos de energia renovável não poluente. Detulpe dizer: só nós, brasileiros, não sabemos disso. Só nós não sabemos valorizar isso. O Exército sabe por que está presente em todos esses lugares. Nós estamos na Amazônia, no Pará, no Mato Grosso, e sempre com um sentido de Brasil, sempre carregando o bem da Nação, porque esse é o nosso compromisso. E quando me refiro ao meu grupo social, que é o cidadão brasileiro formado, eu falo: "Os senhores estão diante de um cidadão disciplinado, respeitador, discreto e dedicado ao seu papel." Que perfil bonito! Oguinho-me disso, do meu Exército, me orgulho da geração que me antecedeu, da geração que eu comando hoje e, não tenho dúvida, na hora em que a força de legislação me obrigar a retirar-me, terei certeza que aqueles que me sucederem estarão imbuídos do mesmo compromisso. Então, para mim o grande mérito desta homenagem, Deputado Edson, foi o senhor homenagear essa instituição: Exército Brasileiro. Nós temos como força armica a certeza de que somos imprescindíveis, indispensáveis à sociedade brasileira, que sem nós ela não sobrevive, porque o militar que espera o reconhecimento da sociedade vai se frustrar. Os senhores conhecem aquela frase clássica que diz que as sociedades invocam a Deus e aos soldados nos momentos de perigo, não antes. Passados os momentos de perigo, esquecem Deus e desprezam os soldados. Sabemos disso, mas não desanimamos, porque nosso compromisso é maior do que o simples reconhecimento da sociedade. O nosso compromisso é o de preservar esta Nação. É por isso que o Exército tem 364 anos e perdurará como instituição nacional e permanente. Outro dia, me dirigindo a um grupo, eles ficaram um pouco tristes, quando fiz uma visão prospectiva, em relação a todos nós neste milênio. Falei que neste milênio, nenhum dando irá muito longe. Podi desolopes. Mas o Exército Brasileiro irá, porque é uma instituição que sabe do seu momento, como cumprir o seu papel e estende esse Brasil que está aí e tenta ajudá-lo. Mais uma vez agradeço a homenagem, aos meus companheiros de farda, que vieram prestigiar este evento magnífico. Aos meus amigos do tempo de Capoteva, de Colégio Militar, do meu Comando na 5ª Região Militar, a 5ª DE. Amigos que estão presentes em todos os momentos. Amigos que não podemos ver, mas que estão presentes. Tenho sentido isso nas manifestações de solidariedade e de apoio. Vou pedir a nossa Banda de Música, em um gesto de retribuição a esta Cam, que nos homenageou, a nós militares - Deputado, é a única maneira que vejo em retribuir aquela bela diploma, que o senhor me deu - que eu possa, por favor, a nossa Canção do Exército. Muito obrigado a todos. (Aplausos) (Agradecimento musical)

SR. PRESIDENTE (Deputado Plauto Miré Guimarães): Quero, nessa homenagem de suma importância, lembrar que a Assembleia Legislativa do Paraná, por intermédio do Deputado Edson Pracyk, aprovou esse título por unanimidade, mostrando o carinho que tem ao General e ao mesmo tempo a todo o Exército Brasileiro. Quero agradecer também a presença do Sr. Luiz Bernardi, Superintendente da Receita Federal. Esta Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, do corpo consular, dos amigos do nosso homenageado, da Banda de Música do Exército, sob a regência do Maestro Tenente Santiago, da imprensa, bem como dos demais convidados que compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo paranaense. Após esta solenidade, o nome homenageado receberá os cumprimentos de todos no espaço cultural, na estada desta plenária. Neste momento ouviremos o Hino do Paraná, após o que declaramos encerrada a presente Sessão Solene. "Levanta-se a Sessão".

Processo Legislativo

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 004/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, combinado com o disposto no Art. 34, Inc. I e Art. 35, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e em face de Proposição do Deputado PARANHOS, protocolada sob o nº 794-DAP, na Sessão Plenária do dia 15 de fevereiro de 2012 e aprovada na mesma data

DECLARA

constituir e instalar Comissão Especial com a finalidade de dar "acompanhamento de estudo de fiscalização e aferição do grau de satisfação da população paranaense quanto aos atributos dos serviços públicos prestados pelo Sistema Único de Saúde - SUS". A Comissão, segundo indicação dos respectivos líderes, terá a seguinte composição: (I) indicados pelo PMDB, os Deputados Nereu Moura e Jonas Guimarães, titulares e, respectivamente, Ademir Bier e Leão Eduardo Chedda, suplentes; (II) indicados pelo PSD: Marcelo Rangel (PPS), titular e Mauro Moraes, suplente; (III) indicados pelo PSL: Nelson Lorenson (PDT), titular e Maria Tereza (PSD), suplente; (IV) indicados pelo PT: Elton Welter, titular e Tadeu Venet, suplente; indicados pelo Bloco PSB/PSC/PSD: Paranhos (PSC) titular e Reni Pereira (PSB) suplente; e (V) indicados pelo Bloco PPV/PT/PSL: Adelfo Ribeiro (PSL), titular e Bianca Rodrigues (PV), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares a Comissão será Presidida pelo Deputado PARANHOS, cabendo a substituição ao Deputado MARCELO RANGEL. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação deste Ato e com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no Art. 62, da Constituição Estadual. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determina que eu (Adelfo Ribeiro) Diretor Legislativo, lavrasse o presente Ato em 03 (três) vias que serão devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e devidamente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

3307102012

ATO DO PRESIDENTE Nº 005/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, do Regimento Interno e, em face do conteúdo em Requerimento de autoria do Deputado TERUO KATO, aprovado na Sessão Plenária de 21 de novembro de 2011, atuando na Diretoria Legislativa sob o nº 033/2011

DECLARA

Constituir a FRENTE PARLAMENTAR PELO COOPERATIVISMO, que será Coordenada pelo Deputado TERUO KATO (PMDB) e que, nos termos da Proposição aprovada, terá por finalidade "defender e ampliar o debate sobre o assunto, através de audiências públicas, integrar as ações de governo federal, estadual e municipais, apoiar os princípios cooperativos, para fortalecer ainda mais o sistema cooperativo e criar, satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de empresas de propriedade coletiva e democraticamente gerida". Segundo termo de adesão, juntado ao Processo respectivo, a Frente Parlamentar será integrada pelos Deputados Teruo Kato (PMDB), Ademir Bier (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Professor Lemos (PT), Artáglio Junior (PMDB), Elton Welter (PT), Adelfo Ribeiro (PSL) e Nelson Lorenson (PDT). Os trabalhos da Frente Parlamentar deverão ser processados, com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e demais legislação aplicável.

Gabinete da Presidência

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

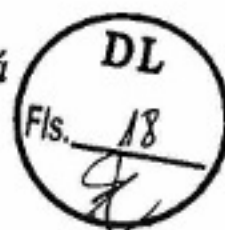
3307402012

ATO DO PRESIDENTE Nº 007/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do conteúdo no Art. 191, do Regimento Interno e do Memorando nº 625/2012-DL, lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 02 de abril de 2012

DECLARA

Constituir e instalar a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto a "Proposta de Emenda Constitucional-PEC nº 001/2012, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/2012", protocolada sob o nº 1777/DAP e situada na Diretoria Legislativa como Proposição nº 17/2012, cujos trabalhos deverão se dar com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Segundo indicação dos respectivos líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes parlamentares: (I) indicados pelo PMDB: Nereu Moura, titular e Celso Quintana, suplente; (II) indicados pelo PSD: Cantora Mara Lima, titular e Rose "Libre", suplente; (III) indicados pelo DEM: Elton Welter, titular e Pedro Lapina, suplente; (IV) indicados pelo PT: Elton Welter, titular e Professor Lemos, suplente; e (V) indicados pelo Bloco PSB/PSC/PSD: Paranhos (PSC), titular e Pastor Edson Pracyk (PMDB), suplente. Conforme



PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 018/2012

PROPOSIÇÃO Nº 018/2012

Proposta de Emenda à Constituição nº 001/2012

Autor: Poder Executivo

**ALTERA O ART. 24 DO ATO DAS
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL. RTVE FICA VINCULADA À SECS.
PARECER PELA APROVAÇÃO.**

1. PREÂMBULO

A presente proposição tem por objeto alterar o Art. 24, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, procurando determinar, constitucionalmente, que a Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE, hoje vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, passe a se vincular à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da Constitucionalidade, Legalidade e Técnica Legislativa

Preliminarmente, destacamos que as Propostas de Emenda à Constituição são matérias sujeitas a disposições especiais com trâmite diferenciado nesta Casa de Leis, no caso o determinado pelos arts. 190 e seguintes do nosso Regimento Interno.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª. Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



Nos termos regimentais a Proposta de Emenda foi regularmente publicada em Diário Oficial (Edição nº 186, de 30/03/2012), com a devida comunicação ao Plenário, conforme Memorando 029-DL, lido no Expediente da Sessão do Dia 02/04/2012, a partir do qual foram indicados os Membros que compõem a presente Comissão Especial, constituída e instalada por meio do Ato do Presidente nº 007/12, publicado em Diário Oficial do dia 10 de abril do corrente.

Designado Relator para análise da proposição, passamos a relatá-la.

Primeiramente, indicamos que não encontramos óbices quanto à constitucionalidade, legalidade e legitimidade, em face da proposição apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, sendo certo que, no prazo regimental, assinalado pelo Art. 190, não houve a apresentação de Emendas pelos senhores parlamentares.

Devemos observar, ainda, que a Constituição Estadual ao dispor sobre as hipóteses de iniciativa de propostas de emendas à Constituição, dispõe:

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

Resta, portanto aferida e demonstrada a legitimidade da iniciativa, ademais, deve-se frisar que o Governador do Estado detém a competência para legislar acerca da matéria, tendo em vista que a Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE é órgão do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

17ª. Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



e como parte integrante da administração estadual deve se vincular a uma Secretaria de Estado. Nesse sentido, dispõe o Art. 66, IV, da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Corroborando com o acima exposto, temos ainda o Art. 87, da Constituição do Estado:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Diante dos dispositivos legais acima citados, não restam dúvidas de que é mesmo do Poder Executivo a competência para apresentar a presente proposição.

Por fim, quanto à técnica legislativa, a proposição não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

2.2. Do Mérito

A RTVE é instituição que se ocupa de criar, produzir e divulgar conteúdos de interesse do cidadão e do Estado do Paraná, por meio de emissoras públicas de rádio e televisão. Desenvolve, portanto, antes de tudo, atividades de comunicação. Diante disso, o Governo do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª. Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



Estado formula a presente proposição, tendo em vista que considera que a RTVE fica melhor situada no organograma do Estado na área de competência da SECS.

Com a mudança, o corpo de profissionais da Secretaria de Comunicação poderá criar um trânsito mais fluente de informações para a RTVE levar ao conhecimento do seu público. Ademais, a celebração de parcerias com empresas de comunicação particulares e agências de notícias e publicidade, certamente serão administradas com mais qualidade.

Destaque-se, também, que a SECS possibilitará à RTVE o cumprimento de um compromisso fundamental para a continuidade da sua operação, ilso porque, o parque tecnológico da RTVE não opera com eficiência, dado o estado de sucateamento dos equipamentos. Para reverter a situação, tem-se o objetivo de migrar do atual sistema de transmissão analógico para o digital, o que permitirá à RTVE operar com um nível superior de qualidade técnica. Tanto as emissoras de rádio, quanto a emissora de televisão melhorarão a qualidade de sinal e ampliarão sua cobertura.

Observa-se, portanto, que a mudança proposta terá um impacto positivo sobre todos os aspectos da organização. A RTVE passará a contar com uma estrutura mais condizente com as atividades que deve realizar. Terá à disposição os mecanismos de funcionamento necessários para realizar a sua missão institucional. Contará com um corpo profissional melhor capacitado para o desempenho de suas funções e poderá prestar um serviço muito mais eficiente em benefício do Paraná e dos paranaenses.



3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que estão presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, bem como que a proposta é extremamente meritória, na medida em que aperfeiçoa a estrutura da Administração Estadual. Portanto, opina-se pela APROVAÇÃO da presente proposição.

Sala de Comissões em 19/04/12

[Signature]
DEPUTADO ÉLIO RUSCH
PRESIDENTE

[Signature]
DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

[Signature]

Esses criminosos anda solto, fazendo mais vítimas no Estado do Paraná. É preciso que contribuamos para que um crime cometido há mais de três anos tenha alguma explicação. Precisamos corrigir erros que ainda podem ser corrigidos nesse inquérito. Faço um apelo para que votem a favor deste requerimento. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB): Não levando mais quem querim discutir, vamos proceder à votação. **Rejeitado.** [Votaram "sim": Alexandre Curi, Aníbelli Neto, Elton Welter, Enio Verri, Luciano Rafagnin, Nereu Mozza, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandmacher (12 Deputados). Votaram "não": Adelfino Ribeiro, Ademir Traiano, Ademir Bler, Augustinho Zucchi, Bernardo Ribba Curi, César Silvestri Filho, Douglas Fabrício, Dr. Barila, Duffio Genari, Elton Ruzch, Fernando Scaramella, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luiz Aceoresi, Luiz Eduardo Chelida, Nelson Lemes, Pedro Lapini, Rosca Rodrigues, Rosa "Lino", Stephanie Júnior, Tono Kato (21 Deputados). Não votaram: André Bueno, Caio Quintana, Cantora Maria Lima, Cleiton Kielas, Evandro Júnior, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Panchos, Raul Pereira e Waldyr Pagliari (13 Deputados).]

OBS: O Sr. Deputado Ney Leprevost, registrou seu voto favorável ao requerimento e o Sr. Deputado Augustinho Zucchi, corrigiu seu voto para favorável ao requerimento.

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela ordem): Apenas para fazer uma observação, Sr. Presidente: pelo segundo dia consecutivo, a Ordem do Dia é composta por mais de 200 páginas, precisamente 234 páginas. Só as Parlamentares constituintes, nesta tarde, 12 mil e 636 folhas. V. Exa., no início deste ano, propôs aquisição de um equipamento tecnológico que substitua esta Ordem do Dia. Alguns Parlamentares, até por iniciativa própria, possuem o equipamento, e também posso. Apenas para reforçar que este Parlamento se lida com iniciativa de V. Exa. e sugere que seja anexada a discussão deste projeto em que, garha o Estado do Paraná economicamente, a Assembleia do Estado do Paraná garha em modernidade e agilidade, e em defesa do meio ambiente, que não pode ser esquecido. Serei o registro que queria fazer. Muito obrigado!

DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD) (Pela ordem): Apenas para registrar que meu voto na última matéria foi "sim". Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB): Gostaria que fosse registrado o voto do Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV) (Questão de ordem): Quero me somar ao Pastor Edson Praczyk. Esta já foi uma questão abordada logo no início da legislatura e, realmente, não conseguimos colocar em prática. Como da movimentação ambiental, é uma situação que me deixa contrariado, porque as constituintes que não fazem a esta feita documentação e não têm primeira folha, e isso em maior quantidade. Em menor quantidade, se consulto o teor dos projetos. Isso é uma quantidade bobalheira. Quem sabe, poderíamos ter uma folha para todos os Deputados - uma, duas ou três - comando a Ordem do Dia, e deixamos a lista flexível 30, depois 20, depois 10, para ir acompanhando. E quem quisesse ver o teor, iria à frente e fazia a consulta, porque pela experiência que tenho, depois de um ano e três meses, poucos são os Deputados que passaram da terceira, quarta folha até o fim da Ordem do Dia. Acho que podemos começar com 30 ao invés de 54 e, depois, ao longo do tempo, tentando diminuir, percebendo o número de Deputados que consultam o conteúdo daquilo que está sendo votado. Acho que esta é uma iniciativa que gostaria que a Mesa considerasse, porque realmente é um desperdício de material que depois será reciclado, é encaminhado para a Provogap, mas isso não é o suficiente, porque não se adquire neste Plinkrio um hábito de consumo sustentável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB): Quero dizer a V. Exa. que concordo em gênero, número e grau. Estamos em processo de informatização da Casa e vai chegar o momento em que vamos resolver, também, esse problema de forma sustentável. Está bem, Deputado Rasca?

Requerimento nº 2176, com sua discussão adiada, de autoria da Bancada de Oposição, requer envio de pedido de informações e cópia de documentos ao Ilmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagem. (Com sua discussão adiada de Sessão anterior)

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Para encaminhar): Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Bancada do PT faz um requerimento solicitando a documentação dos processos licitatórios e possíveis contratos firmados, ou que serão firmados, com empresas de consultoria que vão prestar serviços de fiscalização de estudos pedagógicos ou de outros serviços no Estado do Paraná. É importante que se diga, até porque esse assunto tem sido bastante aventado pela própria Oposição, nos meios de comunicação, que essa prática adotada pelo Governo, talvez, no entendimento da Oposição, seja feita só aqui no Estado do Paraná, ou que não proceda. Primeiro, é bom que se diga que, quando dos contratos firmados com as concessionárias, já existe previamente estabelecido um percentual do valor arrecadado que é destinado ao DER para fazer o processo de fiscalização e pagar com esse próprio recurso às empresas que serão contratadas por processo licitatório. Então, até previsto nos contratos. Ocorre, Sr. Presidente, que nos oito anos passados, o dinheiro que foi arrecadado foi para os cofres do Tesouro e dispensaram-se os processos de fiscalização. Não ocorreu nada. E, agora, o Estado está retomando, até porque o Estado não tem equipe suficiente para prestar esse tipo de serviço. Essa prática também é comum no Governo Federal. O próprio DNIT abriu processo licitatório, em Brasília, para também fazer processo de fiscalização. Portanto, trouxemos aqui alguns documentos, a Bancada de Oposição não se sente satisfeita e, por isso mesmo, vamos debater o requerimento, porque entendemos que não há razão para proceder, porque não se trata de estar colocando empresas terceirizadas no processo de fiscalização. Além das empresas que irão ao processo de fiscalização, há um acompanhamento total do DER, e o teste do serviço da exceção. A fiscalização sempre será feita pelo acompanhamento de fiscalizadores, empregados do DER. Portanto, não há razão para agravarmos com requerimento, porque esse prática não é só no Estado do Paraná, mas comum em todo o Brasil. É

um meio legal que os governos têm para fazer o acompanhamento das obras não executadas nos Estados e na Federação.

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Sr. Presidente, quero defender o requerimento. O Deputado Traiano trouxe algumas informações, mas elas não trazem a cópia do processo licitatório - caso já tenha ocorrido - e nem o contrato que foi firmado com essas empresas terceirizadas. Não estamos questionando a terceirização, necessariamente, para e simples. Queremos ver o conteúdo do serviço que será feito, pelo custo que as parcerias vão pagar. Porque esse dinheiro que vem das concessionárias, em tese, deve ser para fiscalizar. Nós, por princípio, entendemos que o DER deveria ser estruturado, com mais engenheiros, para que esse serviço seja continuado e permanente. Não temos nenhuma dúvida que são feitas as terceirizações. Considerando que há esse recurso, que é repassado das concessionárias para o DER, que não temos a público o contrato e o que essas empresas vão fazer pelo custo do serviço da licitação, o requerimento e as respostas que V. Exa. trouxe, previamente, não respondem, principalmente, à pergunta da letra "c". Portanto, defendendo e pelo o voto favorável para a validação deste Poder. Presidente Rosseti, fiz um apelo a V. Exa., que acredito isolado, para não indagar este Poder. Percebo que há disposição dos Deputados desta Casa, de não rejeitarem necessariamente requerimentos. Não é uma questão de ser ou não Governo. Existem Parlamentares no Brasil, em que os requerimentos já são aprovados naturalmente e se manda para o órgão competente. É uma questão da independência deste Poder e da legitimidade do Parlamento de Oposição e de Situação, isso resolveria no futuro e não causaríamos constrangimento aos Deputados, que isolam que votar, porque é Governo ou Oposição e a se regresse as informações para este Poder. V. Exa. poderia submeter ao Colégio de Líderes, fazer uma discussão, porque isso resolveria à frente. Neste sentido, acho que o Poder Legislativo não pode se fustar a buscar informações. E muitas vezes, porque o Deputado é do Governo, ele fica constrangido, mas acaba votando contra um pedido de informação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB): Deputado Welter, Vossa Exa., pela segunda vez, fez esse apelo. Eu fiz esse apelo, enquanto Líder da Oposição. Não posso fazer alteração de Regimento sozinho. Tenho que respeitá-lo. Vou ter que colocar o requerimento em votação. Em votação.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Atenção, Srs. Deputados, votando "não".

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB): Em votação. **Rejeitado o requerimento.** [Votaram "sim": Aníbelli Neto, Elton Welter, Enio Verri, Luciano Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandmacher (08 Deputados). Votaram "não": Adelfino Ribeiro, Ademir Traiano, Ademir Bler, Alexandre Curi, André Bler, Augustinho Zucchi, Bernardo Ribba Curi, César Silvestri Filho, Douglas Fabrício, Dr. Barila, Duffio Genari, Elton Ruzch, Fernando Scaramella, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luiz Aceoresi, Luiz Eduardo Chelida, Nelson Lemes, Nereu Mozza, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lapini, Plauto Miró, Rosca Rodrigues, Raul Pereira, Rosa "Lino", Stephanie Júnior, Tono Kato e Waldyr Pagliari (29 Deputados). Não votaram: Caio Quintana, Cantora Maria Lima, Cleiton Kielas, Evandro Júnior, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Mauro Moraes, Osmar Bertoldi e Panchos (09 Deputados).]

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, marcando-se outra para quarta-feira, dia 18 de abril, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Discussão Única do Voto Parcial nº 008/12, apóio ao Projeto de Lei nº 932/11; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 005 e 003/11; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 793, 857, 873/11, 809, 104, 119, 125, 134 e 135/12, "Levamos-se a Sessão"; [Sessão encerrada às 15h30, tendo sido lida a presente Ata, para fins de publicação e arquivamento ao disposto no Art. 113 do Regimento Interno. Ao longo da Sessão foram registradas as seguintes proposições: I. A pedido da Deputada Rosa "Lino", do Sr. Brúllio Culpes, ex-Prefeito do Município de Dois Vizinhos, pai da Deputada Rosa "Lino"; II. A pedido da Mesa Executiva, do Sr. Ricardo Barros, Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Paraná; III. A pedido do Deputado Pedro Lapini, do Sr. Carlos José Mendes, Diretor Executivo da Associação Paranaense da Empresa de Base Florestal e do Dr. Alessandro Peres; IV. A pedido do Deputado Pastor Edson Praczyk, do Sr. Emerson Fossato, filho do ex-Deputado Estadual Horacio Fossato Filho, Vereador do Município de Comodoro do Próprio.]

37178/2012

Processo Legislativo

Comissões Especiais

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Proposta de Emenda à Constituição nº 001/2012

Extrato de Ata - Reunião de 18 de abril de 2012

Autor: Poder Executivo - Mensagem 007/2012

Objeto: Altera o Art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Membros: Deputado Elton Ruzch (DEM), Presidente; Deputado Nereu Mozza (PMDB); Relator: Deputado Panchos (PSC); Deputada Cantora Maria Lima (PSDB); e Deputado Enio Verri (PT)

Parecer: Em 05 Leídas - Pela Aprovação - Aprovado por maioria com voto contrário e vencido do deputado Enio Verri (PT).

37180/2012



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

D. L.

02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 22 AGO 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 661/2011

Súmula: Obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná ficam obrigados a prestar informação correta, clara e precisa sobre o preço de seus produtos quando pagos à vista ou, no caso de pagamento parcelado, sobre a quantidade e os valores das parcelas, além dos juros aplicados.

Parágrafo único. A informação de que trata o caput deste artigo deverá ser de fácil leitura e compreensão e exposta em local de fácil acesso ao público consumidor.

Art. 2º O estabelecimento que violar esta Lei ficará sujeito ao pagamento de multa diária no valor de 100 (cem) UFIRs.

Parágrafo único. O valor a que se refere o caput deste artigo deverá ser destinado ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, nos termos do art. da Lei 14.975 de 28 de dezembro de 2005.

Art. 3º Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar presente Lei para seu fiel cumprimento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor após decorridos 120 dias de sua publicação oficial, ficando tal período destinado à adaptação dos estabelecimentos ao seu cumprimento.

Sala das Sessões, ____ de agosto de 2011

ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

13/15 22/08/2011 00:01:40 PM RECEBIMENTO DE PARANÁ

65/4



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei ora apresentado obriga os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná a prestar informação correta, clara e precisa sobre o preço à vista, a quantidade e os valores das parcelas, e os juros dos produtos comercializados, com a finalidade de proteger o consumidor de possíveis abusos, práticas ilegais ou moralmente condenáveis pelo mercado de consumo.

O Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/90), em seu art. 6º, enumera vários direitos básicos do consumidor, dos quais destacamos a correta especificação do preço dos produtos e serviços e a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

(...)

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

Além disso, em seu artigo 31, também exige a apresentação de produtos ou serviços assegurando informações corretas, claras e precisas sobre seu preço:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Diariamente, nos deparamos com publicidade veiculada sem a clara e precisa informação do preço real do produto comercializado, induzindo o consumidor ao erro e fazendo com que o mesmo não tenha a consciência da quantidade de juros que está pagando ao efetuar a compra de forma parcelada.

O Projeto apresentado encontra respaldo no artigo 5º, inciso XXXII da Constituição da República, que impõe ao Estado o dever de promover a defesa do consumidor. Além disso, em seu artigo 24, inciso V, nossa Carta Magna estabelece a competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre produção e consumo.

Diante do exposto, considerando intuito de proteger o consumidor paranaense de práticas abusivas e até mesmo desleais por parte dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, conto com apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto.

Sala das Sessões, ____ de agosto de 2011.



ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 861/2011

Projeto de Lei nº 661/2011
Autor: Deputado Aníbelli Neto

Súmula: Obriga a Informação Correta, Clara e Precisa dos Preços dos Produtos Comercializados no Estado do Paraná.

EMENTA: CONSUMIDOR. OBRIGA A INFORMAÇÃO CORRETA, CLARA E PRECISA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. DIREITO DO CONSUMIDOR OBTER INFORMAÇÕES SOBRE A PROCEDÊNCIA DO PRODUTO. LEI FEDERAL 8.078/90. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Aníbelli Neto tem por finalidade obrigar os estabelecimentos comerciais a prestar informação correta, clara e precisa sobre preços de seus produtos quando pegos à vista ou pagamentos parcelados.

FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corroborar deste entendimento, a Constituição do Estado do

Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Por conseguinte, cumpre abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, incisos V e VII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito ao consumo e à responsabilidade por dano ao consumidor, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



(...)

V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que o assunto corresponde ao direito do consumidor à Informação.

O artigo 6º da LEI 8.078 DE 1990, que instituiu o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR no Brasil, cita sobre os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Na mesma esteira, verificamos o artigo 31º, que trata sobre oferta, vejamos:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Como o Projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.


Diante do exposto, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonardo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rosa Litro - Deputado Péricles de Mello

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer aos Projetos de Lei n. 661/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor.

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

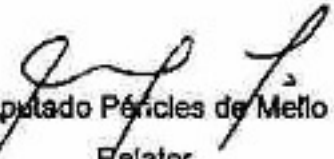
Neste sentido, propõe o Deputado Aníbelli Neto, a obrigatoriedade legal da informação clara, correta e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná, no que se refere ao pagamento à vista ou em parcelas, discriminando os juros e encargos aplicados.



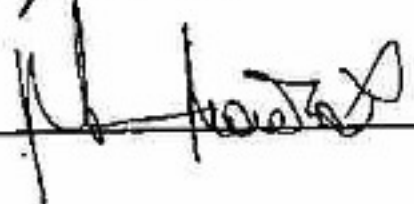
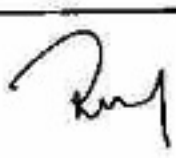
Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que tal medida visa garantir ao consumidor a ampla informação sobre a aquisição que está sendo realizada, notadamente com relação àquelas pessoas de pouca compreensão, tais como os idosos e portadores de deficiência.

Assim, é o parecer favorável à aprovação dos Projetos de Lei 661/2011.

Sala de Reuniões, 06/12 de 2011.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Péricles de Mello
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio

D. L.
Fls. 22

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 661/11

AUTOR: DEPUTADO ANIBELLI NETO.

RELATOR: DULIO GENARI

SÚMULA: Obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

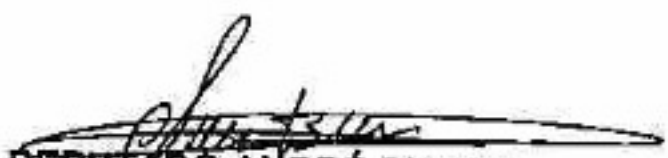
JUSTIFICATIVA

Principalmente pensando em proteger o consumidor de possíveis abusos, práticas ilegais ou moralmente condenáveis pelo mercado de consumo.

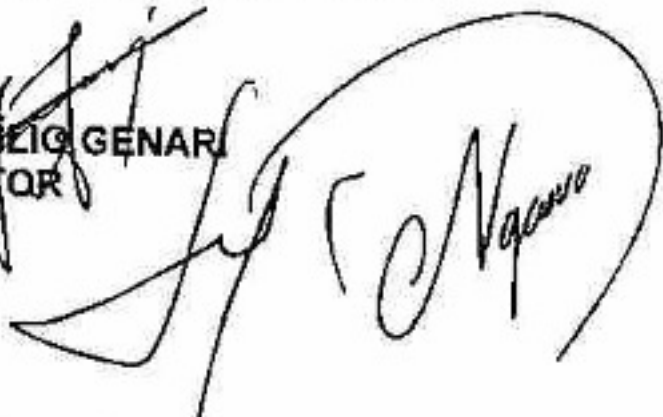
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei.

Sala das Reuniões, 14 de março de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO DULIO GENARI
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO

DL

Fls. 25
C

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI 661/2011
Autoria: Deputado Antonio Aníbelli Neto

SÚMULA: Obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná ficam obrigados a prestar informação correta, clara e precisa sobre o preço de seus produtos ou serviços quando pagos à vista ou, no caso de pagamento parcelado, sobre a quantidade e os valores das parcelas, além dos juros aplicados.

Parágrafo único- A informação de que trata o caput deste artigo deverá ser de fácil leitura e compreensão e exposta em local de fácil acesso ao público consumidor.

Art. 2º. O não cumprimento desta lei acarretará na aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei 8.078/90 e na forma do art. 57 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único- O Procon/PR e os Procons Municipais farão a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, e o valor da multa arrecadada será revertido para o Fundo pertinente à pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção, gerido pelo respectivo Conselho Gestor.

Art. 3º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor decorridos 120 dias da data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2012.

Deputado Ademir Tralano
Líder do Governo

15/04/2012 08:21:23 DT RESCINDIR LEGISLAÇÃO DE 13394



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta no art. 1º visa deixar o projeto em tela em conformidade com o que dispõe o art. 3º da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), incluindo-se a expressão "serviços" no corpo da norma. Assim, a lei estadual passa a ampliar a defesa dos consumidores uma vez que o fornecimento de produtos e serviços é matéria afeta do Código de Defesa do Consumidor e portanto, à defesa do direito dos consumidores.

Já a alteração proposta no art. 2º visa suprimir a cobrança de multa em UFIR's - Unidade Fiscal de Referência - tendo em vista que esta unidade foi extinta no ano de 2000, não podendo ser tomada como referência para a aplicação de multa sancionatória. Ademais, foi definido que o órgão fiscalizador do cumprimento da lei deva ser o PROCON, e que as receitas advindas das multas a serem aplicadas tenham por destinação Fundos de Defesa dos Direitos Difusos.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 34
C

PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLÊNARIO AO PROJETO DE LEI Nº 661/11

Projeto de Lei nº 661/11

Autor da emenda: Deputado Ademar Tralano.

Súmula: Obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

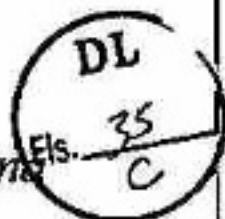
EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI 661/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Aníbelli Neto, tem como objetivo obrigar a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário, o referido projeto recebeu uma Emenda Substitutiva Geral de autoria do Deputado Estadual Ademair Traiano. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

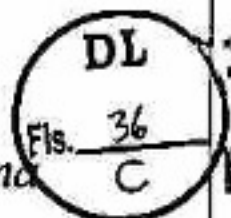
Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as referidas emendas foram propostas no início da 2ª Discussão em Plenário e apolada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, conforme pode ser devidamente observado:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

[...]

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifos nossos)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fis. 37
C

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Estadual Ademar Traiano, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

ausente

Antônio Aguiar
vice-presidente

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACEZYK

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº. 385/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 MAIO 2011


1º Secretário

SÚMULA: Altera a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica alterada a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao município de Franchita, de área com 1.000,00 m², constituída pelo Lote nº 04, da Quadra 47, sob a matrícula nº 11.505, do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste.

Artigo 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, poderá ser utilizado pelo poder público municipal para fins de incentivo ao crescimento econômico e desenvolvimento social do município, sob pena de reverter ao patrimônio do Estado se comprovada utilização diversa.

Artigo 3º - (...)”

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2011.


Luciana Rafagnin
Deputada Estadual - PT



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, que doou imóvel ao município de Pranchita, tem em seu texto dados equivocados. Segunda consta na matrícula, o imóvel mencionado é o Lote nº 04 (quatro), subdivisão do Lote nº 02 (dois), da Quadra 47 (quarenta e sete). Na verdade, no momento da transcrição pode ter havido engano por constar como uma subdivisão.

Outro aspecto que nos leva a propor a presente alteração é o fato de na matrícula, e também no lote, não constar os 304,96 m² de edificação que a Lei nº 16.341 menciona. Além disso, como o município não consegue utilizar o lote para edificações públicas como creches, escolas, postos de saúde, por se tratar de imóvel pequeno, sugerimos que se amplie o leque de possibilidades, dando o poder de escolha para o governante.

É pelo acima exposto que esta Deputada solicita o apoio de todos os parlamentares na aprovação do presente projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 18

VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI 385/11

Projeto de Lei nº 385/11

Autor: Deputada Estadual Luciana Rafagnin

Súmula: Altera a Lei nº 16.341, de 18 de Dezembro de 2009, e dá outras providências (Doação).

EMENTA: PROJETO AUTORIZATÓRIO. DOAÇÃO DE IMÓVEL. ALTERA A LEI 16.341/2009, MODIFICANDO A FINALIDADE DO BEM DOADO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES, ART. 2º CF E ART. 7º DA CE. COMPETÊNCIA DO GOVERNADOR, ART. 10 E 87, VI, CE. INCONSTITUCIONAL. NÃO APROVAÇÃO. ANÁLISE CONTRÁRIA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin, tem como finalidade modificar a Lei nº 16.341/2009, tendo como objetivo alterar a finalidade do bem doado ao Município de Pranchita.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

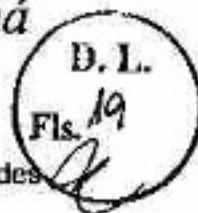
§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Iniciando a análise da constitucionalidade da presente proposição, verifica-se que a Nobre Parlamentar ao desenvolvê-la, invadindo a competência do Poder Executivo, acaba por violar o Princípio da Separação dos Poderes.

O referido princípio encontra-se disciplinado pela CONSTITUIÇÃO FEDERAL, no seu artigo 2º, estabelecendo que os Poderes são independentes e harmônicos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



entre si, entendendo que cada qual é responsável e autônomo para as suas atividades administrativas, não podendo um Poder interferir no outro, senão vejamos:

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. (grifo nosso).

Ademais, esse princípio, entendido como um dos basilares fundamentos constitucionais é assegurado também pela CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, no seu artigo 7º:

Art. 7º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei é inconstitucional por violar o Princípio da Separação dos Poderes.

Com relação à disposição de imóvel doado em favor do Município de Pranchita, embora tenha a finalidade de modificar a Lei que realizou a doação do imóvel, o mesmo deveria partir da iniciativa do Poder Executivo, tendo em vista que a competência é privativa do Governador do Estado do Paraná.

A respeito do assunto, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ dispõe em seu artigo 67, VI, que é competência do Governador do Estado promover a administração do patrimônio do Estado, senão vejamos:

Art. 67. Compete privativamente ao Governador:
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 10, trata do assunto:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 20

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei é Inconstitucional por conter vício de iniciativa.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **INCONSTITUCIONALIDADE** gerada por **VÍCIO DE INICIATIVA** do Poder Legislativo.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO
RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Deput. Nereu
Moura
Pastor Edson
Tadeu Vinici



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

PROJETO DE LEI N.º 385/2011.



EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI N.º 16.341/2009 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PRANCHITA.

A Deputada que o presente subscreve, vem, com o respeito de costume perante Vossa Excelência, inconformada com a aprovação do parecer contrário por meio do voto em separado ao Projeto de Lei em epígrafe do Deputado CEZAR SILVESTRE FILHO, interpor **RECURSO** requerendo, pois, a juntada das razões em anexo e seu normal processamento.

Termos em que,
Pede deferimento.

Curitiba, 10 de Agosto de 2011.

LUCIANA RAFAGNIN
DEPUTADA ESTADUAL

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Prça. Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.leg.br - Site: www.lucianapra.com.br



RAZÕES DE RECURSO

O parecer pela ilegalidade do Projeto de Lei n.º 385/2011, aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça, através do voto em separado, deve ser reformado eis que absolutamente contrário aos mais comezetinhos e elementares princípios de direito, conforme demonstraremos a seguir:

BREVE INTROÍTO

Em 09 de maio de 2011, esta Deputada deu entrada no Projeto de Lei n.º 385/2011 que visa alterar a Lei n.º 16.341, de 18 de dezembro de 2009, pela qual o poder Executivo efetuou a doação de imóvel ao Município de Pranchita.

Succede, porém, que o relator do voto em separado, ao exarar o seu relatório aprovado na última sessão desta Comissão, alega vício de iniciativa, apresentando-se o projeto inconstitucional, o que desde já se rebate.

DA APROVAÇÃO DO PRESENTE RECURSO

É inaplicável no presente caso a vedação constante no parecer exarado pelo relator do voto em separado na Comissão de Constituição e Justiça.

A iniciativa e a constitucionalidade da presente proposição residem nos incisos VI, XIII e XIV do artigo 53, bem como no artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:



VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;

XIII - bens do domínio público;

XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado;

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Cabe esclarecer que não há o vício de iniciativa, como apontado pelo relator do voto em separado, uma vez que, originalmente a Lei n.º 16.341/2009, foi de iniciativa do Poder Executivo.

Ademais, verifica-se que minha prerrogativa e competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, também está disposta no artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 124 – A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Ressalto ainda que o presente Projeto de Lei (385/2011) visa apenas corrigir um equívoco na transcrição dos dados. Explica-se:

NÃO SE TRATA DE TROCA DE IMÓVEIS, OU QUALQUER ALTERAÇÃO DE ÁREA DO IMÓVEL DOADO PELO ESTADO AO MUNICÍPIO!

O artigo 1º. da Lei 16.341/2009, que ora se pretende alterar, tem a seguinte redação:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pranchita, de área com 1.000,00 m², constituída pelo Lote nº 02, da Quadra 47, tendo 304,96 m² de edificação, sob a Matrícula nº 11.505, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste. (gn)

Entretanto, como se pode verificar na matrícula nº 11.505 - em anexo ao Projeto de Lei proposto - houve engano no momento de transcrição da numeração do lote por haver subdivisão do lote nº 02 (dois) da mesma quadra 47 (quarenta e sete).

O artigo 1º. do Projeto de Lei 385/2011 vem sanar este erro com a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetua a doação, ao município de Pranchita, de área com 1.000,00 m², constituída pelo Lote nº 04, da Quadra 47, sob a matrícula nº 11.505, do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste”. (grifamos)

Há que se destacar outro aspecto do artigo 1º. da referida Lei, que nos leva a propor a presente alteração, pois é fato que na matrícula, e também no lote, não constam 304,96 m² de edificação que a Lei nº 16.341 menciona.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Prça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@ps.gov.br - Site: www.lucianarafagnin.org



Além disso, está engessada no artigo 2º da Lei 16.341/2009 a utilização do referido imóvel. Como o Município não consegue utilizar o lote para edificações públicas como creches, escolas, postos de saúde, por se tratar de imóvel pequeno, sugerimos que se amplie o leque de possibilidades, dando o poder de escolha para o governante.

Diante de todo o exposto, requer a signatária seja o presente RECURSO processado por esta Comissão de Constituição e Justiça, e que seja designado Relator o mais breve possível.

Requer finalmente ao Relator da matéria, seja exarado parecer favorável ao presente RECURSO, bem como a aprovação pelo plenário desta Comissão, para que o Projeto de Lei em apreço siga sua tramitação normal, até ulterior aprovação no Plenário desta Casa de Leis.

Termos em que,
Pede deferimento.

Curitiba, 10 de Agosto de 2011.


LUCIANA RAFAGNIN
DEPUTADA ESTADUAL

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EXTRATO DA ATA Nº 21 - 17ª LEGISLATURA Transmissão de Projetos

Sessão Ordinária do dia 05 de Agosto de 2011

Deputados Presentes: Nelson Assis, Alexandre Curi, Delfino Gemin, Nereu Maura, Pastor Edson Praczyk, Fernando Scanavaca, Tadeu Venet, Elio Rusch, Evaristo Junior, Celso Quintana, Ademir Trélio e Cesar Silvestri Filho.

01- PROJETO DE LEI Nº 249/11

Autor: Dep. Celso Quintana

Estabelece a proibição da venda de qualquer produto não previsto no artigo 3º da Lei Federal Nº 1.911/1973, em estabelecimentos farmaciais.

RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Retirada de pauta a pedido do Autor.

02- PROJETO DE LEI Nº 370/11

Autor: Dep. Raulo Rodrigues

Dispõe sobre a aplicação de multa de sanção administrativa em relação do setor econômico paranaense (VPL), para as organizações (OAB) e de outros profissionais (EUA).

RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Favorável - aprovado.

03- PROJETO DE LEI Nº 006/07

Autor: Tribunal de Justiça

Fica a disposição da administração estadual de fora central da comissão de regimento regimental de Curitiba.

RELATOR: DEP. NEREU MAURA

Parecer: Adido pelo assessor do Relator.

04- PROJETO DE LEI Nº 327/11 - RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO

Autor: Dep. Artur de

Altera as competências de polícia do Estado do Paraná a instalar granatarias e apanha "via fidei" em todos os pontos de acesso do Estado e Municípios.

NOVO RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

Parecer: Favorável - rejeitado por maioria.

Voto em separado do Deputado Ademir Trélio pela Rejeição do Projeto - aprovado por maioria. Votaram os Deputados Pastor Edson Praczyk, Tadeu Venet e o ausente do Deputado Celso Quintana.

05- PROJETO DE LEI Nº 254/11 - RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO

Autor: Dep. Raulo Rodrigues

Protege a comercialização de bebidas em locais de jogos de alto nível de risco de tipo "long shot" ou "near shot".

NOVO RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Contrário - aprovada.

06- PROJETO DE LEI Nº 288/11 - RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO

Autor: Dep. Professor Lemos

Dispõe sobre as condições mínimas dos estabelecimentos de ensino público da rede estadual e de ensino particular.

NOVO RELATOR: DEP. ELIO RUSCH

Parecer: Contrário - aprovada. Votaram Deputado Tadeu Venet.

07- PROJETO DE LEI Nº 447/11

Autor: Deput. André Bueno, Ney Leporetti, Stephanie Jo, Marcelo Rangel e Cesar Silvestri

Dispõe sobre a criação para o setor de energia no âmbito do Estado do Paraná, conforme especifica, e de outras providências.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH

Parecer: Concedida vista aos Deputados Celso Quintana, Pastor Edson Praczyk e Tadeu Venet.

08- PROJETO DE LEI Nº 489/11

Autor: Dep. Cesar Silvestri Filho

Institui o calendário turístico oficial do Estado do Paraná, de ano de 2012, e data comemorativa para o Estado do Paraná, em comemoração ao aniversário de 150 anos da fundação do Estado do Paraná, em 15 de janeiro de 1912, no dia do aniversário da cidade de Guarapuava.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

Parecer: Favorável - aprovada.

09- PROJETO DE LEI Nº 389/11

Autor: Dep. Luciano Rangel

Altera a Lei Nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. TADEU VENET

Parecer: Favorável - rejeitado por maioria.

Voto em separado do Deputado Cesar Silvestri Filho pela rejeição do projeto - aprovado por maioria. Votaram os Deputados Nereu Maura, Pastor Edson Praczyk e Tadeu Venet.

10- PROJETO DE LEI Nº 346/11

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Institui o projeto "Jovens em Emprego" no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH

Parecer: Balsa em diligência para a Casa Civil.

11- PROJETO DE LEI Nº 049/11

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Dispõe sobre as diretrizes e normas gerais para o fornecimento de serviços de estacionamento.

RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO

Parecer: Concedida vista ao Deputado Elio Rusch.

12- PROJETO DE LEI Nº 208/11

Autor: Fabio Camargo

Dispõe sobre a regulamentação e fiscalização na realização de eventos de "Artes Marcadas Interiores" ou "Mixed Martial Arts" no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH

Parecer: Adido pelo Relator.

13- PROJETO DE LEI Nº 216/11

Autor: Alexandre Curi

Descreve de forma clara e objetiva, o modo de funcionamento da Lei Nº 131.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

Parecer: Deveria ser Autor.

14- PROJETO DE LEI Nº 272/11

Autor: Douglas Fabricio

Dispõe sobre a regulamentação e fiscalização no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros. (As empresas prestadoras do serviço deverão apresentar em autos que serão arrolados ou inferiores a 2 mil metros cúbicos, ou seja, 2 mil metros cúbicos de passageiros).

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON

Parecer: Contrário - aprovada.

15- PROJETO DE LEI Nº 330/11

Autor: Augustinho Zatchi

Altera o artigo 13 do Regulamento do RCM, aprovado pelo decreto Nº 1960, de 21 de dezembro de 2007.

RELATOR: DEP. CELSO QUINTANA

Parecer: Contrário - aprovada.

16- PROJETO DE LEI Nº 351/11

Autor: Raulo Rodrigues

Cria o projeto estadual de saúde do sistema de saúde.

RELATOR: DEP. HERMES BRANDÃO

Parecer: Adido pelo assessor do Relator.

17- PROJETO DE LEI Nº 239/11

Autor: Celso Quintana

**ANEXO AO PROJETO 428/11 - Autor: Dep. Hermes Brandão Jr.

Dispõe sobre a criação de um sistema de controle e venda de cigarros nas farmácias do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

Parecer: Adido pelo Relator.

18- PROJETO DE LEI Nº 373/11

Autor: Mauro Moraes

Institui o pagamento de taxa de inscrição de candidatos nas eleições municipais e estaduais, nas condições que estabelece.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

Parecer: Concedida vista ao Deputado Elio Rusch.

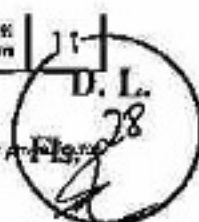
19- PROJETO DE LEI Nº 396/11

Autor: Paranhos

Institui no calendário oficial do Paraná, o dia da cultura indígena, no dia 15 de setembro, e cria o projeto estadual de cultura indígena.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON

Parecer: Favorável - aprovada.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 385/11

Projeto de Lei nº 385/2011.
Autor: Dep. Luciana Rafagnin

Súmula: Altera a Lei nº 16.341, de 18 de Dezembro de 2009, e dá outras providências (Doação).

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL. ALTERA A
LEI 16.341/2009, MODIFICANDO A
FINALIDADE DO BEM DOADO.
LEGITIMIDADE AFERIDA.
CONSTITUCIONALIDADE. PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin tem como finalidade modificar a Lei nº 16.341/2009, tendo como objetivo alterar a finalidade do bem doado ao Município de Pranchita.

FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais

Concedido vista.

Em 06/03/12
Sena

CCJ
Rua Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 45 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 07 de fevereiro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep. Neru
maia
Dep. Ademir
Traiano

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

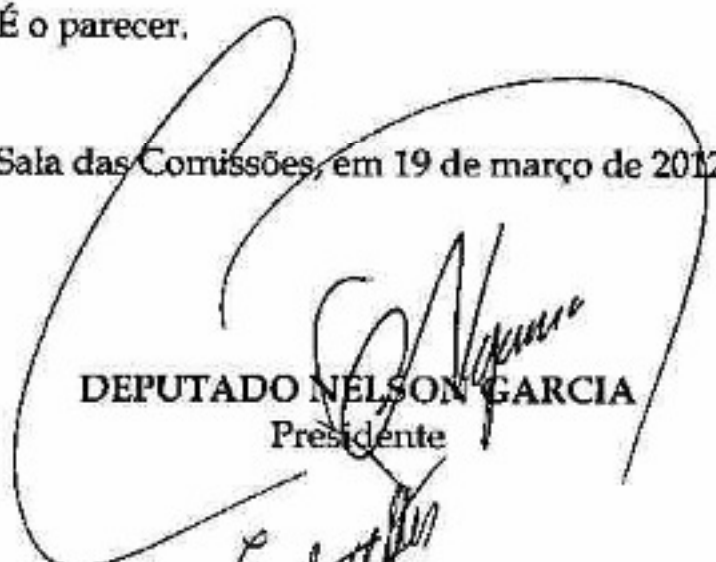
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 385/11

O presente Projeto de Lei apresentado pela Deputada Luciana Rafagnin tem por finalidade alterar a Lei nº 16.341 de 18 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente


DEPUTADO ELTON WELTER
Relator



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 385/2011

Projeto de Lei nº 385/2011

Autor: Deputada Luciana Rafagnin

Súmula: Altera a lei nº 16.341, de 18 de Dezembro de 2009, e dá outras providências. (DOAÇÃO)

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 385/11, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, altera a lei nº 16.341, de 18 de Dezembro de 2009, no que se refere à doação de imóvel ao município de Pranchita no Estado do Paraná e dá outras providências.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 385/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Pranchita, alterando dados equivocados no texto da lei anterior. Segundo a matrícula o imóvel mencionado é o lote 04, subdivisão do lote nº 02, da quadra 47, de forma o que no momento da transcrição pode ter havido um engano por contar como uma subdivisão, a alteração da lei permitirá essa correção e a utilização da área para benefício único e exclusivo da população.

Cumprе a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposição para benefício do município de Pranchita. O **Projeto de Lei 385/11** em análise desta Comissão, no que

justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir sua tramitação.

D. L.
Fls. 36
C

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

O presente projeto de lei, ao corrigir um equívoco na sua transcrição, soluciona um sério problema causado ao município, que até então não consegue utilizar-se do lote realizar suas edificações públicas.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra impedimentos em nossa análise para seguir sua tramitação.


Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 385/11, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 09 de abril de 2012.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Teruo Kato

Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 075/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 MAR 2012

1º Secretário

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,


DECRETA:

Súmula: Declara de Utilidade Pública o LAR BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o LAR BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, estabelecido na Rua Alcídia Nascimento Dalgov, nº 32, no município de Altonia-PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2012.


FERNANDO SCANAVACCA
Deputado Estadual - PDT



JUSTIFICATIVA

O LAR BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS é uma entidade sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos promover assistência à velhice pobre e desamparada. É constituído de obra destinada a moradia e abrigo de pessoas desamparadas, em regime de internato integral, dando-lhes assistência médica, dentária, moral e religiosa, com acolhimento gratuito e atendendo solicitações diretas dos necessitados, assim como de outras instituições da comunidade ou de autoridades.

Sala das Sessões, 06 de março de 2012.



FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - PDT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 075/2012



Projeto de Lei nº. 075/2012
Autor: Deputado Estadual Fernando Scanavaca.

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Lar Beneficente São Francisco de Assis.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *Lar Beneficente São Francisco de Assis*, com sede e foro no Município de *Altônia/PR*.

FUNDAMENTAÇÃO

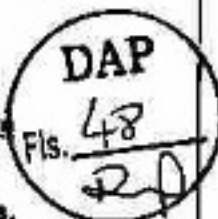
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grilo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, o nobre parlamentar não consignou na Sumula e primeiro artigo qual é a sede e foro da presente entidade, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para suprir a falta de sede e foro do presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor na data de publicação", senão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAP

Fls. 55
20

DAP

Fls. 50
20

Assim, sugere-se na Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da EMENDA MODIFICATIVA.

Sala das Comissões, em de de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO QUEIRO GENARI

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 75/12



Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

****Súmula: Declara de Utilidade Pública o Lar Beneficente São Francisco de Assis, com sede e foro no Município de Altônia/PR*.***

****Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Lar Beneficente São Francisco de Assis, com sede e foro no Município de Altônia/PR, estabelecido na Rua Alcídia Nascimento Digigov, nº 32*.***

****Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação*.***

Sala das Comissões, em de de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DULCIO GENARI
RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 12 MAR 2012

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 080/12

SÚMULA: Declara de utilidade pública estadual o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Pirai do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Pirai do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em

Marcelo Rangel
MARCELO RANGEL
Deputado Estadual

V. L.
Fls. 03
P

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo.

Tem por finalidade desenvolver ações que concorram para o atendimento de pessoas necessitadas que não possuem mais família e /ou foram abandonadas pelas mesmas, tendo sede e foro em Pirai do Sul.

Resta ainda salientar que a entidade em tela faz um trabalho bastante importante para o município, desenvolvendo diversas ações para os idosos, e conseqüentemente beneficiando o município em geral.

A associação atende os requisitos legais deste Estado, através da documentação anexada. Portanto, requer-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 080/2012

Projeto de Lei nº. 080/2012
Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel.

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o Asilo Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Piraí do Sul.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *Asilo Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça;

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fl. 58
✓

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênera.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D.L.
Fls. 59

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

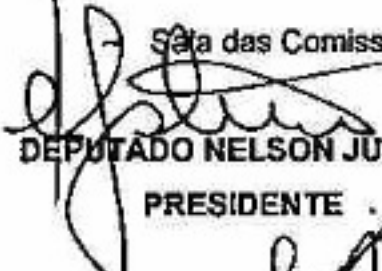
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

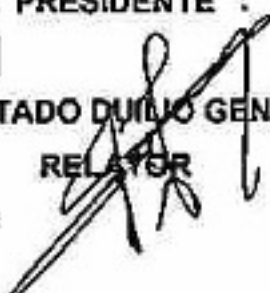
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

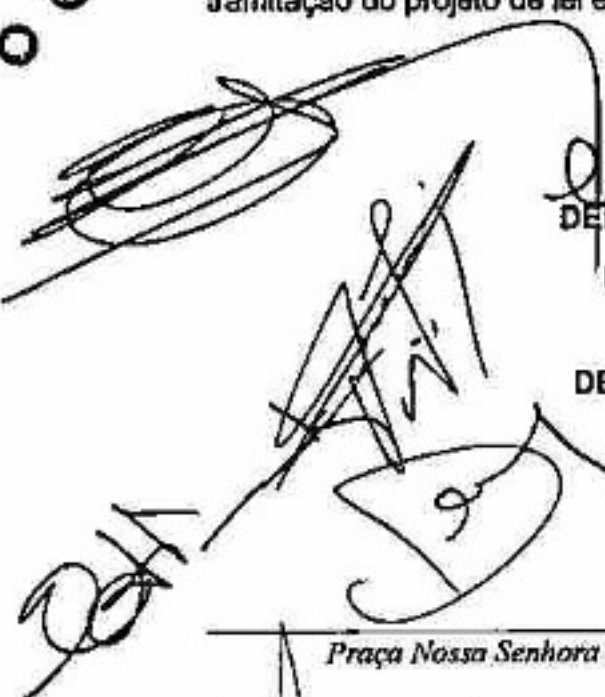
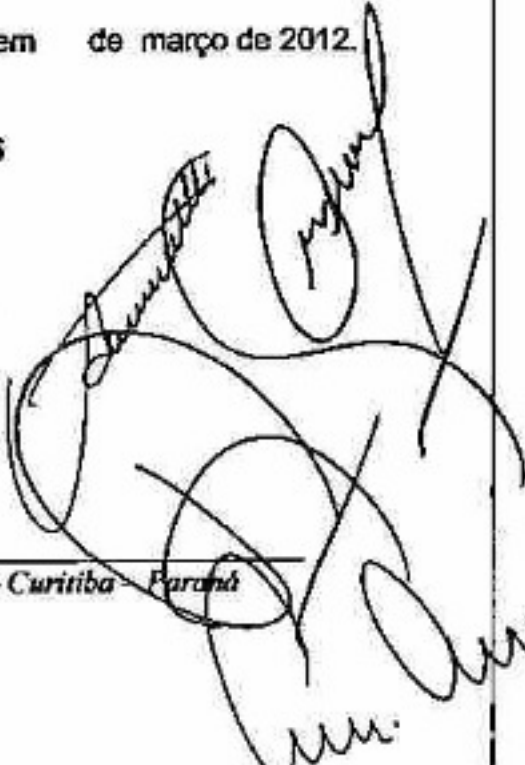
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

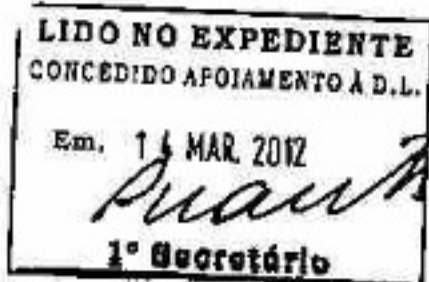


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



PROJETO DE LEI Nº 098/12



Súmula: Altera o art. 1º, da Lei Estadual nº 10.277 de 17/05/93, que declarou de utilidade pública o Clube das Acácias Unidas, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, da Lei Estadual nº 10.277, de 17 de maio de 1993, que declarou de utilidade pública o Clube das Acácias Unidas, com sede e foro no município de Curitiba, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Acácias, com sede e foro no município de Curitiba”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de março de 2012.

ALEXANDRE CURI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa alterar o art. 1º, da Lei Estadual nº 10.277 de 17/05/93 – que declara de utilidade pública o Clube das Acácias Unidas.

Tendo em vista que Assembléia Geral resolveu alterar a denominação da instituição para **ASSOCIAÇÃO ACÁCIAS**, conforme a aprovação do novo estatuto.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 098/2012

D. L.
Fls. 33

Projeto de Lei nº. 098/2012

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curti.

Súmula: Altera o art. 1º, da Lei Estadual nº 10.277 de 17/05/93, que declarou de Utilidade Pública o Clube das Acácias Unidas, com sede e foro no Município de Curitiba.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curti, tem por objetivo modificar o nome da Entidade declarada de Utilidade Pública Estadual para **Associação Acácias**, conforme modificação no Estatuto..

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, para proceder a modificação da Lei Estadual.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

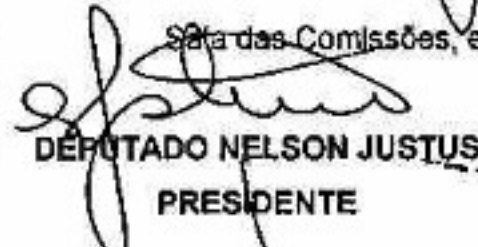
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

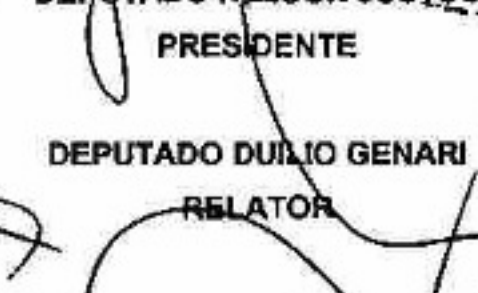
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

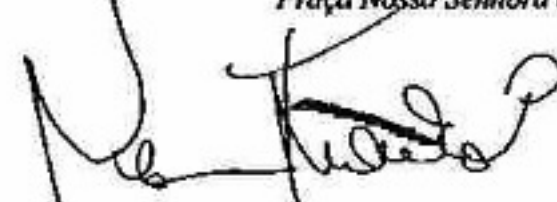
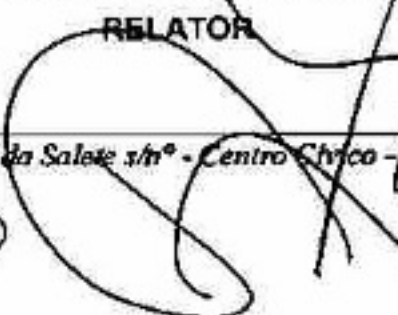
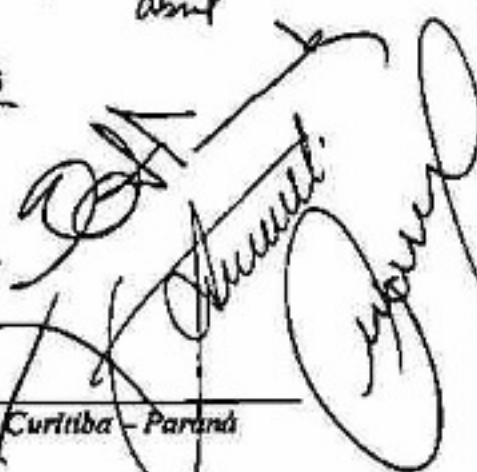
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 03 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná